



Governo do Estado de Minas Gerais  
Sistema Estadual de Meio Ambiente  
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável  
Superintendência Regional de Meio Ambiente – SUPRAM  
Diretoria de Regional de Controle Processual – DRCP  
Núcleo de Autos de Infração - NAI



## PARECER JURÍDICO Nº 75/2017

Processo nº 440054/17	
Auto de Infração nº 54703/2015	Data: 22/12/2015
Auto de Fiscalização nº 142/2015	Data: 19/11/2015
Infração: Art. 83 do Decreto 44.844/2008	Defesa: SIM

Autuado(a): Ângelo Antônio Meneguetti	
CPF: 363.060.968-68	Município da infração: São João do Paraíso/MG.

Código da Infração	Descrição	Classificação	Pena	Outras cominações
122	Causar * poluição ou degradação ambiental de qualquer natureza que resulte ou possa resultar em dano aos recursos hídricos, às espécies vegetais e animais, aos ecossistemas e habitats ou ao patrimônio natural ou cultural, ou que prejudique a saúde, a segurança, e o bem estar da população.	Gravíssima	- Multa simples; - Ou multa simples e embargo de obra ou atividade; - Ou multa diária.	Quando for o caso, apreensão dos instrumentos, petrechos, equipamentos ou veículos de qualquer natureza utilizados na infração.

### 01.Relatório

Na data de 19/11/2015 foi realizada fiscalização no empreendimento do autuado e, naquela oportunidade, foi lavrado o auto de infração nº 54703/2015, pela verificação das seguintes violações:

*Operar atividade potencialmente poluidora, causando poluição/degradação ambiental, uma vez que foi verificada a ineficiência da caixa separadora de água e óleo, bem como manchas de óleo no solo. Não foi verificada a instalação de sistemas de prevenção e controle de erosões (presença de voçorocas no interior e no entorno do empreendimento). Não possui sistema eficiente para tratamento dos efluentes sanitários.*

A infração foi enquadrada no código 122 do anexo I, do Decreto 44.844/2008, sendo aplicada penalidade de multa simples, no valor total de R\$ 48.083,63 (quarenta e oito mil e oitenta e três reais e sessenta e três centavos), sendo R\$ 30.052,27 (trinta mil e cinquenta e dois reais e vinte e sete centavos) correspondente ao valor base da multa, acrescido de R\$ 18.031,30



Governo do Estado de Minas Gerais  
Sistema Estadual de Meio Ambiente  
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável  
Superintendência Regional de Meio Ambiente – SUPRAM  
Diretoria de Regional de Controle Processual – DRCP  
Núcleo de Autos de Infração - NAI



(dezoito mil e trinta e um reais e trinta centavos) pela verificação das agravantes do art. 68, II, alíneas “c” e “j”, do Decreto 44844/08.

## **02. Notificação e defesa – juízo de admissibilidade**

A notificação do autuado ocorreu em 08/01/2016, via Correios, conforme Aviso de Recebimento juntado aos autos, e a defesa foi apresentada, tempestivamente, em 26/01/2016, conforme protocolo nº. R0024603/2016, contendo, ainda, todos os elementos previstos no art. 34 do Decreto 44.844/08, satisfazendo, portanto, os pressupostos de sua admissibilidade, nos termos legais.

## **03. Verificação de regularidade formal do Auto de Infração**

A verificação prévia do Auto de Infração revela que o mesmo foi lavrado com todos os elementos formais essenciais, em estrita observância ao que determina o artigo 31, do Decreto Estadual n.º 44.844/2008.

Assim, satisfeitos os pressupostos de admissibilidade do auto de infração e da defesa, passa-se à análise do mérito, na forma dos tópicos seguintes:

## **04. Dos fundamentos da defesa**

No que tange à defesa apresentada, o autuado alega, em síntese:

- Que as agravantes cominadas devem ser desconsideradas;
- Que o auto de infração contém vícios;
- Que o empreendimento possui projetos e relatórios de viabilidade ambiental protocolizados perante o órgão ambiental.

Ao final, requer seja o auto de infração declarado nulo e cancelada a multa aplicada, que o auto de infração seja revisto pela autoridade competente, nos termos do art. 81 do Decreto 44844/08 e, neste contexto, que, caso alterado o auto de infração, seja o defendente notificado, nos termos do art. 82 do mesmo decreto e, finalmente, sejam descaracterizadas as agravantes.

## **05. Análise dos fundamentos da defesa administrativa**

Em sua defesa, o autuado contesta a autoria e materialidade da infração verificada pelo agente autuante argumentando que o empreendimento apresentou projetos e relatórios de ações e providências que foram tomadas a fim de regularizar e dar viabilidade ambiental às atividades empreendidas no local. Entretanto, o que se depreende da situação é que, conforme relatado no auto de fiscalização, a vistoria no empreendimento ocorreu com o objetivo de dar continuidade à análise do processo de licenciamento do mesmo e, na ocasião, foram constatadas as irregularidades mencionadas, sendo certo que somente a apresentação de documentação não confere, automaticamente, regularidade ao empreendimento, sendo necessário que o órgão ambiental, através de seus técnicos, atestem, em campo, a regularidade





Governo do Estado de Minas Gerais  
Sistema Estadual de Meio Ambiente  
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável  
Superintendência Regional de Meio Ambiente – SUPRAM  
Diretoria de Regional de Controle Processual – DRCP  
Núcleo de Autos de Infração - NAI



técnica e legal dos procedimentos que o empreendedor alega ter providenciado, e, no caso, apesar dos projetos e relatórios apresentados, foram constatadas falhas e irregularidades na execução dos mesmos, conforme relatado nos autos de fiscalização e infração, e que culminaram na lavratura do auto de infração ora analisado.

Alega, ainda, o autuado, que as agravantes devem ser descaracterizadas, pois o empreendimento não causou prejuízos a terceiros, nem houve poluição ou degradação imprópria para ocupação humana ou para o cultivo a que se destina o imóvel. No entanto, não há comprovação de tais alegações, sendo assim, não merecem prosperar, nem há que se falar em perícia no local, pois o técnico que lá esteve já fez a verificação da área, presenciando, ele próprio, as irregularidades que descreve nos autos de fiscalização e infração.

Finalmente, o autuado alega vícios do auto de infração, destacando, inicialmente, que a descrição da infração seria divergente da do código no qual foi enquadrada a conduta. Contudo, não se verifica tal divergência, pois o código 122 fala em causar poluição ou degradação ambiental de qualquer natureza e as violações descritas no auto de infração são, exatamente, causadoras de poluições e degradações ambientais das mais diversas naturezas. Num segundo momento, o autuado assevera que seu empreendimento estaria sendo penalizado mais de uma vez, já que, além do presente auto de infração, existem outros dois, lavrados em seu desfavor, com identidade dos autuados, dos fatos e dos fundamentos, configurando *bis in idem*. Ocorre que o autuado sequer prova a existência dos outros autos que menciona e, ainda que o fizesse, não é possível aquiescer com a argumentação de *bis in idem*, eis que, embora o empreendimento seja o mesmo, se praticadas várias infrações, obviamente cada uma deverá receber a correspondente sanção, e é exatamente isso que se depreende da situação em análise, pois, de acordo com o que o próprio autuado diz conter nas descrições dos autos de infração anteriores, salta aos olhos a absoluta diversidade das condutas infracionais que deram causa a cada um deles, pois, em síntese, tratam-se de infrações por operar sem licença (AI 46337/2015), por descumprir condicionantes (AI 46334/2015) e por causar poluição (AI 54703/2015, ora em exame), não havendo que se falar em multiplicidade de penalidades pelo mesmo objeto.

Dessa forma, conclui-se que os argumentos apresentados pela defesa não são suficientes para gerar a anulação do auto de infração, nem as penalidades nele estabelecidas, importando destacar, ainda, que o artigo 81 do Decreto 44844/08 foi revogado pelo Decreto 47.137, de 24 de janeiro de 2017.

#### 06. Conclusão

Por todo o exposto, opina-se pela improcedência das teses sustentadas pela defesa, para ratificar a pena de multa simples imposta, no valor de R\$ 48.083,63 (quarenta e oito mil e oitenta e três reais e sessenta e três centavos), a ser devidamente atualizado, bem como manter a penalidade de embargo da atividade de silvicultura e das áreas de oficina e lavagem de veículos, até a devida regularização perante o órgão ambiental competente, ficando autorizada,



Governo do Estado de Minas Gerais  
Sistema Estadual de Meio Ambiente  
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável  
Superintendência Regional de Meio Ambiente – SUPRAM  
Diretoria de Regional de Controle Processual – DRCP  
Núcleo de Autos de Infração - NAI



apenas, a realização de atos culturais para a condução da cultura, conforme determina o auto de infração.

Finda a instrução, o processo deve ser encaminhado ao Superintendente Regional de Regularização Ambiental Norte de Minas para decisão, conforme art. 54, parágrafo único, inciso II, do Decreto nº 47.042/2016. Após, retornem os autos a este Núcleo de Autos de Infração - NAI para a competente elaboração do DAE, intimando-se o interessado para o seu pagamento ou a apresentação de recurso no prazo de 30 (trinta) dias, o qual deverá ser dirigido ao COPAM, conforme previsto no art. 43 do Decreto 44.844/08, sob pena de inscrição imediata do crédito em Dívida Ativa do Estado.

Salvo melhor juízo, este é o parecer.

Montes Claros, 08 de junho de 2017.

Gestor Ambiental/ Jurídico Responsável pelo parecer jurídico	MA SP	Assinatura
Carlos Frederico Bastos Queiroz	1403685-9	

Carlos Frederico Bastos Queiroz  
Gestor Ambiental - Jurídico  
NIL NORTE - MONTES CLAROS - MG  
MA SP 1403685-9 - OAB/MG 95.500